

PAULO AFFONSO LEME MACHADO

***DIREITO DE ACESSO
À ÁGUA***

 **MALHEIROS
EDITORES**

DIREITO DE ACESSO À ÁGUA

© PAULO AFFONSO LEME MACHADO (2018)

*Direitos reservados desta edição por
MALHEIROS EDITORES LTDA.
Rua Paes de Araújo, 29 – conjunto 171
CEP 04531-940 – São Paulo/SP
Tel.: (11) 3078-7205 – Fax: (11) 3168-5495
URL: www.malheiroseditores.com.br
e-mail: malheiroseditores@terra.com.br*

Editoração Eletrônica
Cicacor Editorial

Capa
Criação
Vânia Lúcia Amato

Arte
PC Editorial Ltda

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M149d Machado, Paulo Affonso Leme.
Direito de acesso à água / Paulo Affonso Leme Machado. –
São Paulo : Malheiros, 2018.
136 p. ; 21 cm.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-392-0409-0

1119262

1. Direito à água. 2. Direitos fundamentais. 3. Água potável.
4. Água - Consumo. 5. Recursos hídricos - Administração. I.
Título.

CDU 347.247
CDD 342.085

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito à água 347.247

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

Impresso no Brasil
Printed in Brazil
02.2018

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	11
1. Fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos	13
1.1 <i>Água como bem de domínio público</i>	13
1.1.1 A água é “bem de uso comum do povo”	14
1.1.2 A água não é bem dominical do Poder Público	16
1.1.3 A abrangência do domínio público das águas, o Código Civil e o Código das Águas. A questão da indenização	16
1.1.4 Águas pluviais, domínio público e Código das Águas	19
1.2 <i>Direito à água – Direito humano fundamental</i>	
1.2.1 Introdução	20
1.2.2 Efetivação do direito à água	21
1.2.3 Direito de acesso à água potável	22
1.2.4 A ONU, o direito à água potável e a diplomacia brasileira.....	23
1.3 <i>A água como um bem de valor econômico</i>	24
1.4 <i>A escassez de água, a linha de prioridade e a possibilidade de suspensão da outorga</i>	25
1.4.1 Escassez de água, a prioridade do consumo humano e dessedentação dos animais	25
1.4.2 Suspensão da outorga do direito de uso em razão de situação de calamidade ou de condição climática adversa	26
1.4.3 Análise da Lei de Saneamento Básico frente à Lei de Política Nacional de Recursos Hídricos	27
1.5 <i>Uso múltiplo das águas</i>	28
1.6 <i>A bacia hidrográfica</i>	
1.6.1 A implementação da Política de Recursos Hídricos e a atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.....	29
1.6.2 A bacia hidrográfica do Rio Apa e o Direito Internacional Ambiental	32

1.7	<i>Gestão descentralizada e participativas dos recursos hídricos</i>	33
1.8	<i>Transposição de águas</i>	
1.8.1	Introdução	34
1.8.2	Água disponível na bacia hidrográfica provedora.....	35
1.8.3	Análise dos usos futuros das águas da bacia hidrográfica provedora	36
1.8.4	Competência do CNRH para deliberar sobre projetos de aproveitamento de recursos hídricos envolvendo vários Estados	36
1.8.5	Os Comitês de Bacias Hidrográficas e a democracia ambiental nas transposições de águas	37
2.	<i>Dos objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos</i>	
2.1	<i>As águas e o desenvolvimento sustentável</i>	38
2.2	<i>Prevenção das enchentes</i>	39
3.	<i>Das diretrizes gerais de ação</i>	40
4.	<i>Dos Planos de Recursos Hídricos</i>	
4.1	<i>Conceito, prazo de vigência e órgãos competentes</i>	41
4.2	<i>Abrangência: plano de bacia hidrográfica, dos Estados e do País</i>	42
4.3	<i>Conteúdo</i>	43
4.4	<i>Plano de Recursos Hídricos e outorga de direitos de uso de recursos hídricos</i>	45
4.5	<i>Plano de Recursos Hídricos e cobrança do uso de recursos hídricos</i>	46
4.6	<i>Plano de Recursos Hídricos e plano de aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos</i>	46
4.7	<i>Plano de Recursos Hídricos e licenciamento ambiental</i>	47
4.8	<i>Plano de Recursos Hídricos, publicidade e Audiência Pública</i>	47
4.9	<i>Plano de Recursos Hídricos e o Plano Nacional de Irrigação</i>	48
4.10	<i>Plano de Recursos Hídricos, planejamento e zoneamento ambiental</i>	48
5.	<i>Enquadramento dos corpos de água e competência para classificação das águas</i>	49
6.	<i>Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos</i>	
6.1	<i>Conceito</i>	51
6.2	<i>Abrangência da outorga de uso das águas</i>	53
6.3	<i>Outorga e reserva hídrica</i>	
6.3.1	Reserva hídrica para salvaguarda ambiental	55
6.3.2	Outorga preventiva para declaração de disponibilidade de água	55
6.3.3	Declaração de reserva de disponibilidade hídrica para uso do potencial de energia hidráulica	56

6.4	<i>Outorga dos direitos de uso da água e Estudo Prévio de Impacto Ambiental</i>	57
6.5	<i>Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos e licenciamento ambiental</i>	58
6.6	<i>Objetivos da outorga, vinculação, discricionariedade e ônus da prova do requerente</i>	
6.6.1	Introdução	59
6.6.2	Controle quantitativo dos usos da água	60
6.6.3	Controle qualitativo dos usos da água	60
6.6.4	Efetivo exercício dos direitos de acesso à água	60
6.7	<i>Publicidade do procedimento de outorga e direito à informação</i>	61
6.8	<i>Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos e dever de fiscalizar</i>	62
6.9	<i>Condições constantes da outorga dos direitos de uso das águas e cobrança do uso</i>	62
6.10	<i>Suspensão da outorga dos direitos de uso de recursos hídricos</i>	63
6.11	<i>Outorga do direito de uso das águas e aproveitamento dos potenciais hidrelétricos</i>	64
6.12	<i>Outorga de direitos de uso das águas e lançamento de esgotos</i>	66
6.13	<i>Não exigibilidade da outorga dos direitos de uso das águas</i>	66
6.14	<i>Infrações relativas à outorga</i>	67
6.15	<i>Sistema integrado de outorgas</i>	68
6.16	<i>Delegação da outorga</i>	68
7.	<i>Cobrança do uso de recursos hídricos</i>	
7.1	<i>Finalidade</i>	69
7.2	<i>Cobrança pelo uso de recursos hídricos e outorga de direitos de uso de recursos hídricos</i>	70
7.3	<i>Cobrança pelo uso de recursos hídricos pelas concessionárias de energia elétrica</i>	71
7.4	<i>Fixação dos valores a serem cobrados</i>	72
7.5	<i>As receitas da cobrança nos rios de domínio da União e a Conta Única do Tesouro Nacional</i>	73
7.6	<i>Aplicação dos valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos</i>	74
7.6.1	<i>Aplicação prioritária na bacia hidrográfica</i>	
7.6.2	<i>Critérios de utilização dos valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos</i>	
7.6.2.1	<i>Financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídos nos Planos de Recursos Hídricos</i>	75
7.6.2.2	<i>Objeto do financiamento</i>	75

7.6.2.3 Os órgãos do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e o limite das despesas de implantação e de custeio administrativo	76
7.7 Cobrança pelo uso de recursos hídricos e existência de Plano de Recursos Hídricos	76
7.8 Natureza jurídica dos valores arrecadados pelo uso dos recursos hídricos	77
8. Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos	78
9. Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos	79
10. Conselho Nacional de Recursos Hídricos	
10.1 Composição do Conselho Nacional de Recursos Hídricos	81
10.2 Competência do Conselho Nacional de Recursos Hídricos	82
11. A Agência Nacional de Águas-ANA	
11.1 Introdução	86
11.2 Competência da Agência Nacional de Águas-ANA.....	87
11.3 A Agência Nacional de Águas-ANA e o contrato de gestão	
11.3.1 A Agência Nacional de Águas-ANA e a descentralização	90
11.3.2 O contrato de gestão	
11.3.2.1 O Plano de Recursos Hídricos e o contrato de gestão	90
11.3.2.2 As despesas com pessoal.....	91
11.4 A aplicação das receitas pela entidade delegatária	91
11.5 Transferência das receitas de cobrança para as entidades delegatárias	93
11.6 A avaliação das entidades delegatárias	93
11.7 Responsabilização no caso de malversação das receitas e dos bens	93
12. Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos	95
13. Comitês de Bacia Hidrográfica	96
13.1 Diferentes tipos de Comitês.....	97
13.2 Área de atuação dos Comitês de Bacia Hidrográfica	98
13.3 Instituição dos Comitês de Bacia Hidrográfica em rios de domínio da União	98
13.4 Composição dos Comitês de Bacia Hidrográfica	
13.4.1 Introdução	99
13.4.2 Os usuários nos Comitês de Bacias Hidrográficas	102
13.4.3 Das entidades civis nos Comitês de Bacias Hidrográficas	103
13.5 Competência dos Comitês de Bacias Hidrográficas em rios de domínio da União	103
13.6 Autonomia dos Comitês de Bacia Hidrográfica e intervenção do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.....	106
13.7 Os Comitês de Bacia Hidrográfica e as entidades delegatárias	

13.7.1 Os Comitês de Bacia Hidrográfica e o contrato de gestão	107
13.7.2 Os Comitês e a informação enviada pelas entidades delegatárias e pela Comissão de Avaliação.....	108
13.7.3 Os Comitês de Bacia Hidrográfica e sua secretaria executiva	109
14. As Agências de água	
14.1 Introdução	109
14.2 Agências de Água, Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e autonomia dos Estados	109
14.3 Agências de Água e o planejamento	110
14.4 Agências de Água e a informação	110
14.5 Agências de Água e atividade financeira	110
14.6 Controle da atividade financeira das Agências de Água	111
14.7 A substituição das Agências de Água	
14.7.1 Introdução	111
14.7.2 As Agências de Água	
14.7.2.1 Relação das Agências de Água com os Comitês de Bacia Hidrográfica	112
14.7.2.2 Criação das Agências de Água	113
14.7.2.3 Delegação das funções das Agências de Água.....	113
14.7.3 As entidades delegatárias das Agências de Água	114
15. Organizações civis de recursos hídricos	
15.1 Conceito e tipos de organizações.....	115
15.2 As organizações civis de recursos hídricos não devem ter fins lucrativos	117
Anexo: Lei 9.433, de 8 de janeiro de 1997	119
Bibliografia	135